

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

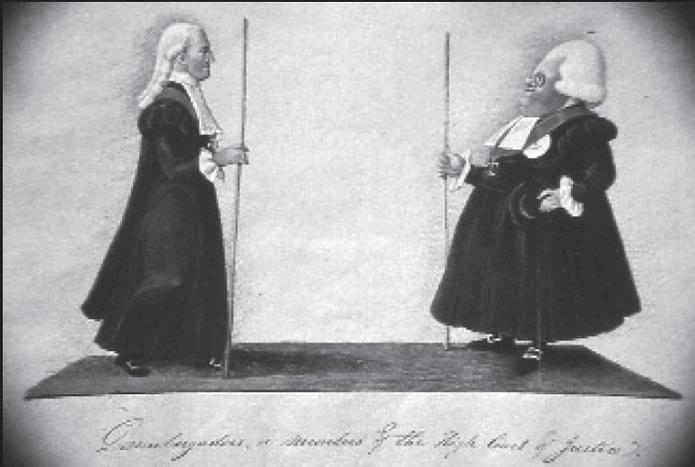
O MARQUÊS DE POMBAL E A UNIVERSIDADE

2ª Edição

ANA CRISTINA ARAÚJO
Coordenadora

(Página deixada propositadamente em branco)

**A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE
PORTUGUESA NA 2.^a METADE
DO SÉCULO XVIII**



Magistrados, séc. XVIII, postal da Biblioteca Nacional de Lisboa
foto: BNP

A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE PORTUGUESA NA 2^a. METADE DO SÉCULO XVIII

I. Introdução

Parece-nos ser relativamente pacífica a afirmação de que a Escola é uma realidade política. Como instituição, a Escola está integrada num sistema sobre o qual um qualquer governo exerce um certo poder, quer pelas directrizes que emana, quer também pelo planeamento e financiamento que faz. Mas também porque a Escola educa, ela estabelece, promove e transmite valores. Também nesta perspectiva não há, como diz António Simões, “escolas neutras”¹. É utópico, portanto, acreditar na independência da educação e da instrução, numa palavra, da Escola, num qualquer país. Daí que, de entre todas as instituições, sejam as escolares aquelas que melhor e de maneira mais marcante reflectem a correlação entre sociologia e ideologia cultural e política, a tal ponto que são elas o espelho e o reflexo vivo da sociedade em que estão inseridas. Mas a Escola, porque realidade política, é ou deve ser, também, o motor da própria sociedade. Assim, Escola e Sociedade são, ao mesmo tempo, causa e efeito uma da outra. Foi já nesta perspectiva que, na década de

* Prof. Coordenador, aposentado, da Escola Superior de Educação da Guarda.

¹ António Simões, “Que é educar? Ainda a propósito do conceito de educação”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXIX-II, 1995, Coimbra, 1995, p. 19. A este propósito vejam-se, por exemplo, Marie-Danielle Grau, *A Escola, realidade política. Introdução aos aspectos políticos da educação*, tradução de Eva de Góis e Carmona, Porto, Gráfica Maiadouro, 1974; Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Porto, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

70, Lawrence Stone², Roger Chartier e Jacques Revel³ chamaram a atenção para a necessidade que havia em se encararem os estudos sobre a Universidade não só numa perspectiva meramente institucional, mas de se estabelecerem as relações entre educação e sociedade.

Entre nós, já em 1969, correlacionando a situação da nossa Universidade e os movimentos estudantis com o dinamismo e a rapidez da evolução social, Miller Guerra e Sedas Nunes constatavam a existência de uma crise na nossa Universidade. Reflectindo sobre ela, apontavam algumas sugestões para a ultrapassarem. Entre outras sugestões propunham não só uma maior diversificação de cursos, respondendo assim às necessidades da sociedade, mas também um apoio económico maior por parte do Estado aos alunos carenciados e ainda a participação dos estudantes na vida da própria instituição⁴.

Meditando sobre as perspectivas da Universidade no mundo de amanhã, também Ferreira Gomes, numa conferência realizada no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, em 2 de Maio de 1988, nos dizia: “A Universidade do futuro será uma Comunidade altamente *participativa*. Participativa em dois sentidos: *ad intra*, isto é, dentro de si mesma, na sua vida interna, dando voz e *voto* a todos os seus membros, e *ad extra*, isto é, escutando e procurando satisfazer as necessidades e os anseios da comunidade em que se insere, Comunidade que, através dos seus órgãos económicos e culturais mais representativos, deverá também ter voz e *voto* na elaboração e na condução da política universitária”⁵.

Em 1990, também Reis Torgal se debruçava sobre o diálogo que deve existir entre a Universidade e a Comunidade⁶. É óbvio, portanto, que não tem cabimento um estudo meramente factual e formal da Universidade. Além do mais, a Universidade é uma realidade social e, como tal, é transmissora de concepções culturais e de mecanismos ideológicos que

² Cfr. *University in Society*, Princeton, 1974.

³ “Université et société dans l’Europe Moderne: position des problèmes”, *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XXV, Juillet-Septembre, 1978.

⁴ *A crise da Universidade em Portugal. Reflexões e sugestões*, Lisboa, Editorial Império, 1969.

⁵ Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1991, p. 155.

⁶ Luís Reis Torgal, “Da(s) Crise(s) e do(s) mito(s) da(s) Universidade(s)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Universidade de Coimbra, 1990, pp. 7-17

supõem e suportam determinadas estruturas mentais. É, por isso, importante procurar captar as permanências e as mudanças.

2. Iluminismo, educação e reformas

Apesar de imensos trabalhos publicados sobre o iluminismo e sua problemática e volvidos que são mais de duzentos anos sobre a célebre resposta que Kant, em 1784, deu à questão *Was ist Aufklärung*, o iluminismo continua, na actualidade, a ser, no dizer de Reis Torgal, “um problema constantemente em aberto”⁷, quer pela ambiguidade e polissemia do próprio termo, quer também pelas diferenças que o mesmo apresenta de país para país e até no mesmo espaço geográfico⁸.

Com origem na Inglaterra, o iluminismo veio, depois, a espalhar-se por todo o continente. Apesar das diferentes modalidades, conforme os países, o iluminismo é, em síntese, uma filosofia que elegeu a Razão como a palavra-chave da época, entendendo-se esta não mais como uma centelha ou dádiva divina, mas antes como uma força capaz de aquisição de bens; uma filosofia que rejeita tudo o que está fora do alcance da razão crítica; uma filosofia em que o filósofo não é mais o autor de grandes tratados teóricos, mas antes o agente transformador que ama o homem e a sociedade; uma filosofia que rejeita as autoridades do passado, para rever tudo à luz da Razão; uma filosofia que não se interessa por temas e questões de carácter metafísico, para fazer a sua aposta na ideia de materialidade, na ligação ao real, ao útil e ao prático; uma filosofia que não conhece outros paradigmas que não sejam

⁷ Luís Reis Torgal, “Nota Introdutória. Acerca do significado do Pombalismo”, *Revista de História das Ideias*, vol. IV., Tomo I, Coimbra, 1982, p. 13.

⁸ Sobre estas questões vejam-se, por exemplo, Miguel Baptista Pereira, “Iluminismo e Secularização”, *Revista de História das ideias*, vol. IV, tomo II, Coimbra, 1982, pp. 439-500; José Esteves Pereira, “Kant e “A resposta à pergunta: o que são as luzes””, *Revista de Cultura-História e Filosofia*, vol. III, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, pp. 1-16; Moses Mendelssohn, “Sur la Question: Que signifie “Aufklären””, *Dix-Huitième Siècle*, n.º 10, Paris, 1978 e ainda J. B. Erhard y otros, *Qué es Ilustración?*, traducción de Agapito Maestre y Jose Romagosa, Madrid, 1988.

os das ciências físico-matemáticas, para apostar na construção de uma outra sociedade. Tudo o que possa contribuir para a construção da felicidade do homem é bom e é necessário. Tudo o que não serve é posto de lado. Em termos sociais, isto mais não significa que a afirmação da razão burguesa. O iluminismo apresenta-se assim como um movimento burguês. Daí que Voltaire, para marcar o seu afastamento do preconceito popular, tenha dito: “O povo tolo e bárbaro precisa de uma canga, de um agulhão e de ferro”⁹.

Acreditando-se que as novas ideias é que hão-de conduzir ao progresso, este e a felicidade só são possíveis através da ciência, porque enquanto “les lettres correspondent à un gaspillage de temps et d’intelligence; les sciences, grâce à leurs applications techniques, permettent d’améliorer les conditions d’existence de l’homme sur la terre”¹⁰.

Ciência, Técnica, Natureza e Progresso são conceitos que não podem ser entendidos isoladamente. Interligados, vão no sentido de concretizar o conceito de Felicidade, que não é mais concebida como paz de espírito, mas como fruição de bens materiais e conforto, os quais só são possíveis com o desenvolvimento científico. A prosperidade e o bem-estar são agora os novos valores. Acreditando neles, os iluministas tornam-nos preocupações constantes do seu pensamento. Os iluministas estão convencidos que, através da educação, tudo isto é possível. Daí que Gaspar Melchior de Jovellanos nos diga: “com la instrucción todo se mejora y florece; sin ella todo decae y se arruina en un Estado”¹¹.

Porém, este tipo de educação não é uma educação qualquer. Dirigida pelo Estado é para todos e os seus conteúdos não visam o teórico, mas põem a tónica na parte prática e utilitária. Daí a renovação das matérias e a procura de introdução de novos saberes – úteis e necessários – tais como a economia, as ciências físicas e naturais, as ciências exactas, o

⁹ Apud *História Geral das Civilizações*, Dir. de Maurice Crouzet, tradução de Vitor Ramos, tomo V, S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1957, p. 87.

¹⁰ Georges Gusdorf, *Les Sciences Humaines et la pensée occidentale I – de l’histoire des sciences a l’histoire de la pensée*, Paris, Payot, 1966, p. 15.

¹¹ Apud Manuel de Puelles Benitez, *Educación e ideologia en la España contemporánea (1767-1975)*, Barcelona, 1980, p. 30.

desenho, as línguas vivas, etc. Existe assim uma reciprocidade entre governo, escola, reflexão pedagógica e conteúdos científicos.

Quando Sebastião José de Carvalho e Melo assume o poder, o ensino, em todos os seus graus, era prisioneiro do passado. Servido por uma vontade férrea, juntamente com a estadia que fez em Londres e Viena, escutando os apelos de Verney e Ribeiro Sanches, entre outros, fizeram-lhe compreender que só uma remodelação completa do sistema científico e pedagógico reinante poderia pôr novamente Portugal a par da cultura de além-Pirinéus, de que há quase dois séculos andávamos afastados.

Se os estudos menores constituíram, desde bastante cedo, uma das suas preocupações, foi, sobretudo, no ensino superior que Pombal mais investiu. Depois de extinguir, em 1759, a Universidade de Évora, Pombal vai virar-se para Coimbra, no sentido de reformar a sua Universidade, o que realmente veio a acontecer em 1772, tendo-se o próprio Marquês deslocado a Coimbra munido “de todos os mais poderes, que os ditos Senhores Reis costumavam reservar para si...”¹².

Em que consistiu esta reforma? Basicamente, três linhas de força caracterizam esta reforma. Em primeiro lugar, uma certa perda de independência e autonomia da instituição, em favor de uma forte interferência governamental¹³; em segundo lugar, a introdução de um novo espírito científico e pedagógico, uma nova concepção de saber e de ciência¹⁴; finalmente, um último aspecto diz respeito a disposições administrativas, no sentido de disciplinar a velha escola face ao caos em que se

¹² Cfr. Carta régia de 28 de Agosto de 1772, que concede ao Marquês plenos poderes para a fundação da Universidade. Apud Manuel Lopes de Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. I (1771-1782), Coimbra, por ordem da Universidade de Coimbra, 1937, pp. 2-4.

¹³ Várias são as disposições que, ao longo dos Estatutos, nos comprovam esta linha de força. Citemos um exemplo: “A fim de que não possa ficar nas Aulas de Coimbra duvidoso, e dependente do arbitrio dos professores o rumo, que se deve seguir: Ordeno, que pelo que pertence ao método das lições, se observe o seguinte...” (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Liv. II, Coimbra, por ordem da Universidade, 1972, Tit. III, Cap. I, § 17).

¹⁴ É nestas novas concepções que, segundo Joaquim Ferreira Gomes, “reside o que de verdadeiramente novo e até audicioso nos trouxe a reforma pombalina” (*O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 80). A este propósito, D. Francisco de Lemos fala-nos mesmo de os professores serem, simultaneamente, “Mestres e Inventores” (*Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1980, p. 229).

encontrava¹⁵. Porém, apesar de neste ponto se ter feito alguma coisa, a parte mais importante ficou por fazer. Segundo D. Francisco de Lemos, os Estatutos da Universidade são uma obra incompleta, uma vez que “restavam ainda por fazer os Estatutos Económicos, Políticos, Cerimoniais e Eclesiásticos, que eram partes da Legislação Académica”¹⁶. Daí que a Universidade, na sua parte estrutural, continuasse corporativa, senhorial e de dimensão eclesiástica.

3. O sentido do útil e do prático

A reforma pombalina, nomeadamente ao nível das Faculdades Naturais, procurou institucionalizar uma linha de pensamento e da acção que fosse consentânea com as realidades vivenciais do homem, pelo que a ligação da teoria com a prática era uma preocupação constante. Marca-se assim a barreira entre o velho sistema de ensino, para o ensino do real que o Marquês desejava. É que, Sebastião José não desconhecia que a realidade que tinha pela frente era a de um país atrasado, ignorante e carenciado de meios técnicos e humanos, para se desenvolver. Mas como iluminista que era, sabia, também, que o progresso da casa lusitana passava pela introdução de novos conteúdos do saber e pela formação, em moldes novos, de homens sabedores e tecnicamente capazes para exercerem a sua profissão. Consciente de que o progresso do país dependia da estimulação, em moldes modernos, do ensino da Matemática e das Ciências, o Marquês cria as Faculdades de Matemática e de Filosofia.

Mas se a criação destas Faculdades é uma nota digna de louvor, o mais importante de tudo foi a introdução de um novo espírito científico

¹⁵ Sobre o caos que reinava na Universidade, antes de 1772, veja-se, por exemplo, Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, Ed. do Prof. Salgado Júnior, 5 vols., Lisboa, Sá da Costa, s.d.; António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade de Coimbra, 1959; *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra (1771)*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1972, Theophilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, vol. III (1700-1800), Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1898.

¹⁶ *Ob. cit.*, p. 6.

baseado na observação e na experiência. Era fazendo o estudo do concreto e do real, dentro deste novo espírito e numa perfeita aliança da teoria com a prática que os novos estudantes se preparariam para a vida, para depois bem servirem o Estado e a sociedade. Assim, para o ensino da Medicina, os Estatutos estabelecem a criação de “um hospital próprio... regido e governado pela mesma Faculdade de sorte que as prelecções, exercícios e exames de prática se façam nele com toda a comodidade”¹⁷.

Como parte fundamental da Medicina criou-se um Teatro Anatómico, onde o professor fazia, à vista dos alunos, os trabalhos e depois “distribuirá pelos seus discípulos os cadáveres necessários para eles fazerem Anatomia”¹⁸, porque “às cabeceiras dos enfermos de nada valem as definições metafísicas das doenças”¹⁹.

É, também, com grande entusiasmo que os Estatutos nos falam do ensino e da importância da Matemática, que os mesmos identificam com “ciências exactas”²⁰, assim como da nova Faculdade de Filosofia “que não se emprega em falar, mas em saber”²¹. Para isso, os professores devem ensinar, fundamentalmente, o que diz respeito “aos objectos mais vizinhos ao Homem, e mais necessários ao uso da vida”²². Afirma-se assim a ruptura com o passado e com a tradição. Recusando-se frontalmente o princípio da autoridade, os Estatutos apontam para que não haja livro único, para se reconhecer que só através da “estrada real da experiência... se podem fazer os convenientes progressos”²³, para bem do homem e da comunidade.

¹⁷ *Estatutos*, Liv. III, Part. I, Tit. VI, Cap. I, § 2.

¹⁸ *Estatutos*, Liv. III, Part. I, Tit. III, Cap. II, § 11. Para que em Coimbra não houvesse falta de cadáveres para os alunos praticarem, o Marquês de Pombal toma as devidas providências, quando em carta datada de 25 de Fevereiro de 1774 e dirigida ao Governador da Relação do Porto, lhe ordena que os cadáveres dos justicados sejam enviados para Coimbra e entregues no Teatro Anatómico (Cfr. M. Lopes d’Almeida, *ob. cit.*, vol. I, pp. 141-42).

¹⁹ *Estatutos*, Liv. III, Part. I, Tit. III, Cap. III, § 19.

²⁰ “Nisto principalmente se tem observado, e conhecido o interesse geral, que resulta do estudo profundo das *Ciências Exactas*” (*Idem*, Part. II, § 2).

²¹ *Idem*, Part. III, § 5.

²² *Idem*, Tit. III, Cap. II, § 2.

²³ *Idem*, Cap. III, § 2.

Apesar de reformada, estava a Universidade preparada para estes novos desafios? E a sociedade? Poderemos falar do êxito de um projecto ou de um projecto fracassado?

4. Escola e Sociedade

4.1. *A frequência escolar*

Quando falamos aqui de Universidade reformada ou Universidade pombalina não queremos com isso significar apenas o tempo que medeia entre 1772 e a morte do rei D. José com o conseqüente afastamento de Pombal do poder. Pretendemos ir mais longe, até 1820, porque “o ensino no período mariano-joanino continua a pautar-se estruturalmente pelo modelo pombalino apesar de alguns retrocessos proporcionados pelas reacções de sectores conservadores e do natural desgaste das instituições, devido à situação de instabilidade da vida nacional”²⁴. Sem uma perspectiva longa não seria possível captar e compreender quer o peso de forças conservadoras, quer os sentidos de mudança, conflitos ideológicos e de poder.

É que, não podemos esquecer, já o dissemos, que a reforma da Universidade não foi uma reforma completa. Por isso, a Universidade é, ao mesmo tempo, uma instituição reformada e antiga, iluminista e tradicionalista, nova e velha.

No binómio Universidade – Sociedade a primeira grande questão que se coloca é a de procurar saber como reagiu a sociedade portuguesa às novas propostas apresentadas pela Universidade. Esta questão implica, naturalmente, uma breve retrospectiva, ou seja, saber qual era a frequência da Universidade, nos tempos anteriores à reforma pombalina, e como é que os alunos se distribuían pelas diferentes faculdades, para, depois, se avaliar como é que estes mesmos elementos evoluíram com a Universidade reformada.

²⁴ Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984, p. 28.

Para responder a esta questão tivemos em conta a frequência escolar entre 1724 e 1771, ou seja, tempo igual ao que medeia entre 1772 e a Revolução Liberal. De 1724 a 1771, a Universidade de Coimbra foi frequentada por 132.869 alunos, a que corresponde uma média anual de inscrições de 2.827 alunos. As Faculdades que registam o maior número de estudantes são as Faculdades Jurídicas com um total de 120.222, isto é, 90,48% das inscrições. Dentro dos estudos jurídicos é a Faculdade de Cânones aquela que alberga o maior número – 106.224, ou seja, 79,95%, enquanto as Leis se ficam pelos 13.998, isto é, 10,54%²⁵.

Quanto à Faculdade de Medicina, “os estudantes eram poucos em número”²⁶. Ao longo destes quarenta e sete anos, os estudos “médicos contaram apenas com 7.898 alunos, a que corresponde uma percentagem de 5,94% do total, para na Faculdade de Teologia se registarem 4.749, isto é, 3,57%.

Que significam estes números? Em primeiro lugar, que a maior parte da população universitária, ao escolher os estudos canónicos, mostra uma preferência clara, em termos de opção de estudos; que 83,5% dos alunos (canonistas e teólogos) frequentam cursos dirigidos, essencialmente, para a carreira eclesiástica, enquanto apenas 16,5% optam por carreiras profissionais de âmbito civilista.

Como explicar esta situação? Enquanto lá fora as mudanças sociais eram já evidentes, Portugal continuava ainda a mover-se numa sociedade típica de Antigo Regime. A estruturação em ordens-clero, nobreza e terceiro estado com os correspondentes estatutos comportamentais era uma realidade²⁷. Como reflexo desta estruturação a cultura e a mentalidade portuguesas eram essencialmente nobiliárquica e eclesiástica. Pertencer

²⁵ Sobre estes números veja-se António de Vasconcelos, *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*, reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, vol. II, Coimbra, Tipografia Lousanense, 1988, p. 121. Também a nossa dissertação de mestrado *Ciência e Sociedade. A Faculdade de Filosofia no período pombalino e pós-pombalino (1772-1820)*, Guarda, 1989, pp. 49-55 (texto dactilografado).

²⁶ *Relação Geral cit.*, p. 66.

²⁷ “Assim, o alvará de 29 de Janeiro de 1739 reserva a Excelência aos grandes, tanto eclesiásticos como seculares, ao Senado de Lisboa e às damas do Paço; a Senhoria pertence aos bispos e cónegos, aos viscondes e barões, aos gentis-homens de Câmara e moços fidalgos do Paço; abaixo, há só direito a Vossa Mercê” (Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª. ed., Lisboa, Editora Arcadia, 1977, pp. 72-73).

à carreira eclesiástica era ter a certeza de poder dispor de rendimentos e gozar de amplos privilégios. Isto faz com que esta opção seja uma escolha aliciante para a vida²⁸. Por isso, os filhos segundos e terceiros da nobreza, porque privados de herança, em virtude do sistema de morgadio, viam na carreira eclesiástica uma boa maneira de ganharem a vida. O mesmo acontecia com os filhos de proprietários abastados.

Era principalmente este tipo de indivíduos que frequentava a Faculdade de Cânones. Os religiosos procuravam, naturalmente, os bancos de Teologia²⁹.

Possuir o curso de Direito Canónico era, na prática, estar habilitado para exercer a magistratura e a advocacia, tanto no domínio religioso como no civil, para além de ter possibilidades de ocupar cargos na estrutura eclesiástica e na estrutura do estado, ao contrário do curso de Leis, que apenas dava acesso aos cargos estatais e ao foro civil.

Como razões justificativas ainda para o elevado número de estudantes em Direito Canónico podemos apontar a crescente complexidade dos negócios eclesiásticos e ainda o facto de o direito canónico ser tido como um direito subsidiário³⁰.

De 1772 a 1820, a Universidade foi frequentada por 21.675 alunos. Comparando com os tempos anteriores verifica-se que houve uma baixa bastante acentuada no número de alunos – 111.194 estudantes a menos, o que faz com que a média anual de inscrições baixasse de 2827 para 451-52³¹.

À partida e numa primeira hipótese nada faria prever tal situação, pelo menos nos primeiros tempos, dado um conjunto de circunstâncias conjugadas: a Universidade havia sido reformada e, como tal, oferecia, agora, melhores condições: os novos métodos e sobretudo os novos sa-

²⁸ Magalhães Godinho referindo-se ao clero escreve: “O clero aumenta numericamente de maneira extraordinária do século XV ao século XVIII; avoluma-se, em especial, o número de conventos e a importância das ordens monásticas... De 203 no final da era quatrocentista, os conventos saltam para 396 no final da era quinhentista, quase duplicando, pois, num século; contam-se uns 450 quando da Restauração, 477 no primeiro terço do século XVIII” (*ob. cit.*, p. 86).

²⁹ Cfr. Francisco Rodrigues Lobo, *Côrte na aldeia e noites de Inverno*, pref. e notas de Afonso Lopes Vieira, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1945, p. 320.

³⁰ Cfr. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1968, p. 457.

³¹ Cfr. Manuel Alberto Carvalho Prata, *Ciência e Sociedade cit.*, pp. 56 e ss.

beres constituiriam motivos de atracção para a juventude, porque quase e sempre amante da novidade; também o alargamento da Universidade com a criação de mais duas Faculdades – Matemática e Filosofia – com fortes estímulos profissionais para todos aqueles que ali concluíssem os seus cursos³² deviam, só por si, assegurar um outro tipo de frequência, para já não se falar no encerramento e extinção da Universidade de Évora que deveria remeter para Coimbra mais estudantes.

Como explicar, então, esta diminuição substancial de alunos? Com a expulsão dos jesuítas e depois dos oratorianos criou-se um vazio ao nível do ensino secundário³³. Apesar de o Marquês ter criado a Directoria Geral dos Estudos e lugares para professores de Filosofia (35), Retórica (49), Língua Grega (38) e Gramática Latina (236), o que é certo é que, entre 14 de Agosto de 1759 e 5 de Dezembro de 1770, o Director Geral dos Estudos só “passou cartas de professores a 39 indivíduos”³⁴, o que é manifestamente pouco³⁵. Além do mais, também muitos daqueles lugares

³² Para que o Geral de Matemática seja frequentado, não somente daquele pequeno número de engenhos raros, que devem ficar na Universidade... mas também de outros muitos, que poderão adquirir o conhecimento bastante, para se empregarem no meu serviço com vantagem superior aos que são destituídos das luzes destas ciências... Todos os outros estudantes que, tendo feito o Curso Matemático da Universidade e conseguido... as cartas de aprovação, quiserem entrar no meu serviço, serão admitidos a servir na Marinha... e na Engenharia... Da mesma sorte ordeno que os officios de architectos da cidade de Lisboa e das outras cidades do Reino; e que os officios de medidores dos concelhos em todos os meus reinos e domínios, não possam ser daqui por diante providos em sujeitos curiosos e meros práticos, havendo matemáticos que tenham cursado na Universidade e os queiram servir” (*Estatutos*, Liv. III, Part. II, Tit. I, Cap. II, §§ 9, 10 e 11). Relativamente à Faculdade de Filosofia, os Estatutos prescrevem que: “ficarão habilitados para ensinarem a Filosofia em qualquer parte dos meus reinos e senhorios, pública ou particularmente, sem dependência de outro algum exame, exceptuando somente o magistério da Universidade, para o qual será necessária a habilitação dos *Actos Grandes*” (*Idem*, Liv. III, Part. III, Tit. V, Cap. II).

³³ “Quando foram expulsos, por sentença da Junta da Inconfidência de 12 de Janeiro de 1759, os jesuítas possuíam, no Reino e seus Domínios, umas quatro dezenas de Colégios, ou seja, a grande maioria dos estabelecimentos de ensino secundário” (Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 8).

³⁴ António Leite, “Pombal e o ensino secundário”, *Brotéria*, vol. 114, n.º 5, Maio-Junho, Braga, 1982, pp. 599-600.

³⁵ Das inúmeras dificuldades em recrutar professores queixa-se D. Tomás de Almeida, em nota enviada ao Marquês, em 25 de Agosto de 1766: “Porém, como em todas as outras partes não há Professores Régios, me tem custado muito trabalho conseguir que haja mestres que se sujeitem a ensinar com a utilidade dos pagamentos que lhes fazem os pais dos estudantes, porque estes, em muitas partes, são poucos e não bastam para darem o que é preciso para se sustentarem os Mestres...” (*Idem*, p. 600).

criados não vieram a ser totalmente preenchidos, ficando assim vagos 6 lugares de Filosofia, 15 de Retórica, 17 de Grego e 34 de Latim³⁶. Com o afastamento de Pombal do Governo, esta situação agravou-se, por quanto os novos poderes afastaram todos os professores de Filosofia, muitos de Retórica e Grego, “acontecendo que as cadeiras vagas de Grego e Retórica que ficaram dos aposentados nunca foram providas”³⁷.

O facto de os novos Estatutos imporem uma forte disciplina e, para o ingresso na Universidade, condições de maior exigência são naturalmente outros motivos que poderão ter levado os alunos a debandarem³⁸.

Outra razão poderá ser detectada na falta de sensibilidade da sociedade em geral e dos jovens em particular pelos novos estudos, uma vez que as faculdades recém-criadas ficaram praticamente desertas, apesar dos incentivos criados como, por exemplo, dezoito partidos na Faculdade de Matemática³⁹.

Também o carácter prático do ensino, obrigando os alunos a frequentarem, diariamente, a Universidade, assim como a falta de perspectivas profissionais poderão ser outros factores que nos ajudam a compreender a baixa do número de alunos.

A diminuição substancial do quantitativo de alunos foi uma constante em todas as faculdades. Em Teologia matricularam-se apenas 1.756 estudantes, a que corresponde uma percentagem de 8,10%. Em relação ao período anterior houve uma quebra de 2993 alunos, isto é, 63,02%. Aliás, é o próprio Reitor quem o reconhece quando, em 1777, escreve: “o número de estudantes, que tem concorrido a estes estudos, tem sido

³⁶ Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.* pp. 25-41.

³⁷ *Idem*, p. 71.

³⁸ A título de exemplo bastará dizer que para a matrícula em Teologia era exigido um atestado de bom comportamento moral e civil, para além dos estudos preparatórios. A este propósito lê-se nos *Estatutos*: “E para que conste não só, que não teve crimes, mas que viveu sempre segundo as regras da religião, e da piedade cristã; será obrigado a apresentar ao Reitor da Universidade folha corrida, e atestação de *vita et moribus* dos seus respectivos prelados” (Liv. I, Tit. I, Cap. I, §6). Os estudantes teólogos e juristas eram obrigados a passar pelos Gerais de Matemática e da Filosofia. Este exagero terá que ser entendido, a nosso ver, pela valorização que se pretendia conferir aos estudos científicos (Cfr. *Estatutos*, Liv. III, Part. II, Tit. II, Cap. I).

³⁹ Cfr. *Estatutos*, Liv. III, Part. II, Tit. VII, Cap. II.

extraordinariamente diminuto”⁴⁰. Esta falta de alunos tem, certamente, muito a ver com o tipo de estudante que frequentava esta escola. A grande maioria eram clérigos e as autoridades religiosas não os enviavam, uma vez que os Estatutos Pombalinos da Universidade “em vez de regulamento acadêmico mais parecem difuso tratado de jansenismo e galicanismo”⁴¹.

À semelhança do que já vinha acontecendo, as Faculdades Jurídicas continuam a ser aquelas que mais procuradas são pelos alunos. Todavia, a Faculdade de Cânones foi, de todas, aquela que viu cair vertiginosamente o seu número de alunos. Dos 106.224 alunos, no tempo anterior à reforma, passa agora a contar com 6.163, Isto corresponde a uma quebra de 100.061, o que em termos percentuais significa 94,19% de perdas.

A Faculdade de Leis, apesar de em relação ao período anterior ter perdido 5.673 alunos, é agora a Faculdade com maior número de matrículas – 8.325, a que correspondem 38,41% da frequência universitária. É de salientar aqui a inversão na preferência dada aos estudos. Se nos tempos anteriores à reforma pombalina os estudos de Direito Canônico ocupavam a primeira preferência dos estudantes, agora, com a nova fundação, esta preferência vai para o Direito Civil. É que, apesar de a sociedade portuguesa, agora na 2^a. metade do século XVIII, continuar a ser, na sua essência, uma sociedade tradicional que se caracteriza, fundamentalmente, pela permanência (sociedade de ordens) e pela dicotomia (dirigentes e dirigidos), não deixa, também, de começar a preludiar algum sentido de mudança graças, sobretudo, a algumas medidas então tomadas⁴². A criação de uma burguesia pombalina com uma mentalidade diferente, mais preocupada com a problemática do mundo civil do que com os lugares das hierarquias religiosas poderá ajudar-nos a compreender aquela inversão na preferência dos estudos.

O Reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, em 1777, é um homem satisfeito com o número de alunos existente nas Faculdades

⁴⁰ *Relação Geral cit.*, p. 26.

⁴¹ *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1970, p. 346.

⁴² Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa cit.*, pp. 114-16.

Jurídicas, porque, em seu entender, ele “é bastante para as necessidades do Estado”⁴³.

O mesmo já não se verifica quando nos fala da Faculdade de Medicina. Frequentada apenas por 3.682 estudantes, o equivalente a 16,99%, D. Francisco de Lemos diz-nos que “o seu número é limitado e deveria ser maior para poderem suprir as necessidades, assim da Faculdade, como dos povos”⁴⁴.

Ao contrário dos dias que correm, o pouco interesse dos estudantes pelos estudos médicos reside, segundo o Reitor, “na pouca consideração em que esta Faculdade está entre nós”⁴⁵.

Na recém-criada Faculdade de Matemática a situação, em termos de alunos, não era nada animadora. Da grande falta de alunos queixa-se o Reitor, nos seguintes termos: “sucede porém, que o número destes não só diminuiu, mas tem faltado totalmente. No primeiro ano se matricularam oito estudantes, como ordinários, dos quais um morreu e dois desertaram, ficando só cinco continuando os estudos, os quais se acham já formados na Faculdade de Matemática, no segundo matricularam-se dois, dos quais um faltou; no terceiro, quatro e neste ano que é o quinto, nem um; de sorte que os estudantes que há com o destino de se seguir a profissão matemática são só os cinco, que se matricularam no primeiro ano”⁴⁶.

Segundo esta mesma fonte, apesar dos estímulos criados para a frequência destes estudos, dezoito partidos para os estudantes e quatro conezias para os professores, o número de alunos não aumentou, em virtude de não existirem saídas profissionais, ao contrário do que acontecia com os estudantes juristas⁴⁷.

Finalmente, na novíssima Faculdade de Filosofia o número de alunos ordinários era também muito diminuto. De 1772 a 1820, o número de alunos ordinários não foi além de 721, isto é, 3,33% da frequência global

⁴³ *Relação Geral cit.*, p. 60.

⁴⁴ *Idem*, p. 71.

⁴⁵ *Idem*, p. 74.

⁴⁶ *Idem*, pp. 85-86.

⁴⁷ “Conheceu-se, que o verdadeiro motivo, por que os estudantes não frequentavam o Curso Matemático, como *ordinários*, consistia em não serem destinados por ordens régias os matemáticos graduados para os empregos e lugares que há próprios desta profissão, assim como são destinados os estudantes juristas, para os empregos da magistratura” (*Idem*, pp. 87-88).

da Universidade. Se o ano de 1784-1785 foi o ano em que se registou o maior número de matrículas – 37 – já no ano de 1809-1810 se matriculou apenas um aluno. Dada a falta de alunos, esta Faculdade corria sérios riscos de, entre o seu produto, não recrutar o pessoal docente necessário, para assegurar o ensino das diferentes disciplinas. Desta situação se queixava o próprio Reitor, ao escrever: “é a falta de estudantes ordinários que façam particular profissão dos seus estudos. Por esta causa está a mesma Faculdade em perigo iminente de arruinar-se por não ter no seu grémio sujeitos, que hajam de continuar o seu magistério, e perpetuar o seu ensino”⁴⁸.

No sentido de evitar o pior, o autor da *Relação Geral* apontava alguns remédios para curar estes males. À semelhança do que acontecia na Faculdade de Matemática, devia haver dezoito partidos para os estudantes e as conezias das Sés de Portalegre, Elvas, Leiria e Miranda, que se encontravam vagas, deviam ser atribuídas a professores da Faculdade de Filosofia, para maior estímulo. Para além destes estímulos havia ainda que ter em conta que para determinados lugares – agricultura, fábricas, minas, Casa da Moeda e outros empregos – só deviam ser nomeados indivíduos habilitados com o curso filosófico e que os bacharéis formados em Filosofia, em concursos, não fossem preteridos por outros⁴⁹.

Apesar destes conselhos, logo após o afastamento do Marquês do poder, Dona Maria I, por resolução régia de 16 de Agosto de 1779, nomeia uma série de professores de primeiras letras e de Filosofia Racional, mas sendo esta entregue, na quase totalidade, aos conventos dos religiosos, ficando assim os bacharéis formados na Faculdade de Filosofia preteridos⁵⁰. Esta resolução é reafirmada, mais tarde, em carta régia de 6 de Maio de 1782, onde se lê “que nas terras, onde houver conventos, se provam as cadeiras de Filosofia em regulares”⁵¹.

Se ao nível do magistério os bacharéis formados pela Faculdade de Filosofia viram os seus lugares ocupados por outros, também no tocante

⁴⁸ *Idem*, p. 105.

⁴⁹ *Idem*, p. 106.

⁵⁰ Apud Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal cit.*, pp. 41-67.

⁵¹ Cfr. M. Lopes d'Almeida, *ob. cit.*, vol. I, p. 341.

ao mundo do trabalho (minas, agricultura, fábricas, etc) muitíssimo poucos foram aqueles que lá se empregaram. Se um ou outro teve aqui lugar, estes desenvolveram a sua acção, fundamentalmente, em terras brasileiras. Aliás, uma boa percentagem dos alunos ordinários da Faculdade de Filosofia era originária do Brasil. É que, a nossa sociedade era uma sociedade bloqueada, uma sociedade de Antigo Regime e, por isso, mais preocupada com honras e privilégios que com surtos desenvolvimentistas.

4.2. Da investigação à divulgação

É hoje muito vulgar ouvir-se dizer que um dos objectivos da Universidade é a prestação de serviços à comunidade. Mas nem sempre foi assim. Até ao séc. XIX, a Universidade caracterizou-se, fundamentalmente, por ser uma escola que transmitia saberes já feitos e formava quadros para a Igreja e para o Estado.

Durante muito tempo, a Universidade viveu fechada sobre si mesma. Receosa das ideias novas, rejeitava tudo o que de algum modo cheirasse a inovação, para se apegar e defender o passado. Assim fez o Claustro de Filosofia da Universidade de Salamanca, a propósito das ideias de Descartes e Newton: “no vemos en sus sistemas que se establezca método que descubra mayores utilidades y adelantamientos en las ciencias; e no siendo por este fin, nos parece escusado hacer e introducir una novedad como ésta⁵². Atitude idêntica prescrevem os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1654, quando ordenam ao Reitor para, de três em três meses, fazer uma visita às aulas e verificar se os professores seguem autores “modernos” deixando os “antigos”⁵³. Referindo-se à realidade da Universidade Portuguesa antes da reforma pombalina, o Prof. Ferreira Gomes caracterizou-a do seguinte modo:

⁵² Apud Marc Baldó Lacomba, *Profesores y estudiantes en la epoca romantica – La Universidad de Valencia en la crisis del Antigo Regimen (1786-1843)*, Valencia, Gráficas Torsan, 1984, p. 23.

⁵³ *Estatutos da Universidade de Coimbra (1653)*, Ed. Fac.-similada, Por ordem da Universidade, 1987, Liv. II, Tit. XX, § 2.

“narcisicamente ensimesmada, alheada da vida que corria à sua volta e sobretudo alheada da ciência experimental que desabrochava e aterrada com as ideias novas que fermentavam um pouco por toda a parte, a Universidade foi entretendo o seu corpo docente com procissões, prês-titos, exéquias, discursos, sermões, Te-Deums e juramentos, ao mesmo tempo que tentava aquietar a violência dos seus alunos com perdões de acto e com anos de mercê”⁵⁴.

É com o Iluminismo e, mais tarde, com o positivismo e com o evolucionismo que surge a ideia de progresso. A pesquisa científica e o gosto pela experiência são assim uma consequência da importância que o Iluminismo concede às ciências, nomeadamente às ciências pragmáticas. É o espírito do tempo, pois no dizer de Campomanes “no hay cosa que más impida los progressos del reino que insistir en yerros antiguos”⁵⁵.

Graças aos movimentos culturais referidos e ainda ao papel prático desempenhado pelas academias, a quem, muitas vezes, no dizer de Rómulo de Carvalho, os “governos se dirigiam pedindo conselho, sugestões e pareceres” e onde se estudavam “os solos, as floras e as faunas, os fenómenos meteorológicos e tudo quanto tivesse interesse imediato para a prosperidade das nações”⁵⁶, passa a reconhecer-se que o verdadeiro saber está no futuro. Mais que nos livros antigos, o saber está agora em tudo o que nos rodeia e cerca. É preciso, por isso, procurá-lo. A investigação torna-se assim um dos objectivos da Universidade.

Como já referimos, uma das preocupações da reforma pombalina da Universidade, nomeadamente com a criação da Faculdade de Filosofia, foi a de fornecer aos portugueses os conhecimentos científicos e práticos necessários à melhor resolução dos seus problemas. O avanço das Artes,

⁵⁴ “Os vários Estatutos por que se regeu a Universidade Portuguesa ao longo da sua história”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Nova Série, Ano XX, Coimbra, 1986, p. 39

⁵⁵ Apud Luís Sanchez Agesta, *El pensamiento político del despotismo ilustrado*, Sevilha, 1979, p. 88.

⁵⁶ Apud Manuel Jacinto Nunes, “A Contribuição das Memórias Económicas para o desenvolvimento científico e económico do país”, *História e Desenvolvimento da Ciência*, vol. II, Publicações do II Centenário, Lisboa, 1986, p. 1343.

da Agricultura e do Comércio só seriam possíveis com o afastamento das “ciências inúteis”⁵⁷ e com a introdução de novos saberes⁵⁸.

Estes objectivos tornam-se mais explícitos e ganham maior dimensão com a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa. É o Abade Correia da Serra, sócio fundador, quem o afirma, no Discurso Preliminar das *Memórias Económicas*. Diz ele: “... contribuir à prosperidade de Portugal, fica incluído nos limites das ciências que ela [Academia] cultiva. Destas é que o agricultor, o artifice, o fabricante, o navegador podem receber luzes, de que se aproveitem para a perfeição dos seus ofícios. Estudar para comunicar o fruto dos seus estudos, e facilitar aos povos o seu uso... é tudo o que a Academia pode fazer para a pública prosperidade. Toca aos particulares aproveitar-se das instruções, e fazer que elas sejam frutuosas”⁵⁹.

Esta questão colocanos perante uma outra que é a de saber quantos professores da Faculdade de Filosofia fizeram parte da agremiação científica e cultural criada em 1779 e de que forma nela colaboraram. Dos 41 professores da Faculdade de Filosofia, apenas 15, isto é, 36,5%, têm o seu nome na lista de sócios da Academia. É possível que muitos outros professores, desta e de outras Faculdades, não se tenham inscrito, porque para isso não foram convidados ou, porque, e segundo as palavras de Jacinto Nunes, “D. Francisco de Lemos não viu com bons olhos a fundação da Academia de Ciências de Lisboa (bem como outros lentes de Coimbra) por vir pôr em causa a sua ideia de Congregação Geral. Chegou-se a pensar numa Sociedade Económica em Coimbra, correspondente da Academia de Ciências de Lisboa”⁶⁰. Em 1820, a Academia das

⁵⁷ *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. V, Lisboa, Oficina da Academia Real das Ciências, 1815, p. 138.

⁵⁸ Cfr. *Censor Provinciano*, Coimbra, 1823, p. 84.

⁵⁹ *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas*, tomo I, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, pp. VIII, X-XI. Em 1 de Julho de 1780, na sessão inaugural, Teodoro de Almeida dizia: “Agora verão que os portugueses fazem timbre como os demais, de adiantar as Ciências e as Artes, de aperfeiçoar ou publicar a sua língua, de promover a agricultura e o comércio, que são as sólidas riquezas do Estado” (Apud Christovam Ayres, *Para a historia da Academia das Sciencias de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p. 98).

⁶⁰ *Ob. cit.*, p. 1343 e também Christovam Ayres, *ob. cit.*, p. 54. Segundo uma carta datada de 19 de Fevereiro de 1780, de Furtado de Mendonça para Vandelli (ambos sócios fundadores

Ciências contava com 17 sócios universitários, sendo 11 das Faculdades Naturais e 6 das Faculdades positivas⁶¹.

Estes professores escreveram não só nas *Memórias da Academia das Ciências*, mas também em outros locais. Fizeram-no, por exemplo, no *Jornal de Coimbra*, em *O Investigador Portuguez* e no *Jornal Encyclopedico*, para falar apenas em alguns. Tanto nas Memórias como nestes periódicos deparamos com um conjunto de observações, memórias, análises, reflexões e até simples notícias que abarcam a mais variada temática. Agricultura, pescas, exploração de minas, transportes, águas minerais, problemas técnicos, questões de física e de química são, de entre outros, assuntos abordados. São temas novos, para um mundo novo que se deseja e quer construir.

Porém, o tratamento que os diferentes autores dão a estas temáticas, não é um tratamento qualquer. Se as simples descrições têm muitas vezes lugar, a análise dos obstáculos ao desenvolvimento económico do país, as soluções técnicas apontadas e os muitos conselhos e advertências que são feitos revelam bem o sentido pragmático e utilitário destes escritos⁶².

Uma das temáticas mais preferidas pelos professores que escreveram para a Academia das Ciências foi a agricultura e assuntos com ela relacionados. Não admira que assim tenha acontecido, uma vez que Portugal era um país agrícola e a sua agricultura estava bloqueada, quer em termos de estruturas físicas, quer em termos de estruturas mentais. Havia pois que instruir e esclarecer os que a ela estavam ligados. O lugar privilegiado

da Academia), ficamos a saber que a maior parte dos professores tornaram-se sócios a convite de Domingos Vandelli: “Não importa que o Senhor Bispo [Reitor] não respondesse ao convite para sócio livre, nem Vossa Senhoria convide senão aqueles, que, ou se lhe oferecerem, ou mostrarem gosto e vontade de o serem” (Christovam Ayres, *ob. cit.*, p. 60).

⁶¹ Luís Reis Torgal, *Universidade e sociedade nos primórdios do liberalismo português – Revolução, reformismo e continuidade*, separata de Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo, Braga, Universidade do Minho, 1986, p. 51.

⁶² Tomé Rodrigues Sobral, por exemplo, no seu trabalho “Notícia de Diferentes Minas Metallicas e Salinas, ou recentemente descobertas, ou há pouco tempo communicadas”, publicado no *Jornal de Coimbra*, Num. XLVI, Part. I, vol. IX, Lisboa, Impressão Regia, 1816, pp. 221-40, diz-nos, logo na introdução, quais os objectivos que presidiram à sua elaboração, ou seja, “assinar as localidades destas riquezas territoriais, para que julgando-se do interesse público o torná-las úteis ao Estado, se possa sem novos trabalhos e indagações saber com segurança a sua existência”.

que os temas agrícolas ocupam permitem-nos não só conhecer as concepções teóricas e doutrinárias dos seus autores, mas também perspectivar quais os tipos de motivação que a agricultura apresenta e estabelecer o inter-relacionamento com outras ciências.

Através da *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas*⁶³, da autoria de Domingos Vandelli, ficamos a saber que este professor é um defensor das ideias fisiocráticas. Recusando a teorização económica, a aproximação que Vandelli faz às concepções fisiocráticas “deverá ser encarada como um artifício que visa legitimar, perante a idoneidade de um raciocínio abstracto, quer a justiça das críticas ao processo de desenvolvimento económico decorrente da governação pombalina, quer a pertinência dos projectos de reforma económica que lentamente ganham corpo na sociedade portuguesa de finais do século XVIII”⁶⁴. É, portanto, numa perspectiva de estratégia que este e outros escritos devem ser lidos e compreendidos⁶⁵.

Este esquema de pensamento parece-nos igualmente evidente na *Memória sobre a cultura das vinhas de Portugal* de Constantino Botelho. Pondo de parte as grandes conceptualizações teóricas, este professor opta por uma linguagem simples e inteligível para todos os lavradores, como a melhor via, para levarem à prática os conselhos e as propostas apresentadas⁶⁶.

Porém, estes homens não desconhecem que a novidade não vai ser recebida, porque esbarra com costumes antigos e com mentes bloqueadas. Mesmo assim não deixam de a divulgar, porque os lavradores conhecendo-a, podem utilizá-la. É a ciência ao serviço do social.

⁶³ *Memorias Economicas cit.*, tomo I, pp. 244-53.

⁶⁴ José Luís Cardoso, “Os escritos económicos e financeiros de Domingos Vandelli”, *Ler História*, n.º 13, Lisboa, 1988, p. 36.

⁶⁵ *Idem*, p. 37. De uma maneira geral, aos trabalhos inseridos nas *Memórias* falta o elemento teorizador. É que, a aposta dos seus autores vai mais no sentido de uma estratégia virada para o desenvolvimento. Se, por um lado, muitos destes autores não se tinham libertado do mercantilismo, pelo outro, e devido ao nosso atraso cultural, o pensamento de Quesnay foi já absorvido numa fase de decadência (Cfr. Manuel Jacinto Nunes, *ob. cit.*, 1349-50).

⁶⁶ É o próprio autor quem, logo na introdução, o afirma, ao escrever: “E como a teórica necessária para a satisfação deste assunto não pode ser acomodada à inteligência de todos os lavradores, por isso no fim de cada uma das partes estabelecerei algumas regras práticas simples e claras”. (Apud *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo II, Lisboa, 1790, p. 16).

Procura-se ser realista e apresentar soluções possíveis. Os autores das memórias não falam sem terem visto e observado. Constantino Botelho, por exemplo, conhece bem os maus caminhos da região do Minho, porque “em Outubro e Novembro de 1789 fui eu [autor] a todas as cidades, vilas e povoações mais notáveis da Província do Minho e nunca andei por caminho que bom fosse”⁶⁷.

Para que tudo fosse bem compreendido, a língua materna foi a linguagem utilizada, ao contrário do que acontecia na Universidade, onde muitos dos compêndios eram ainda em língua latina. A dimensão pedagógica, porque importante nestes assuntos, está assim presente na divulgação científica.

Aos olhos do cientista, a agricultura é não só tema de motivação económica, mas também espaço de realização científica em conexão com as outras ciências. Se o primeiro aspecto é importante, porque a produtividade aumenta, o segundo não o é menos, dado o contributo que as diferentes ciências podem trazer ao processo. A necessidade de criar e aperfeiçoar instrumentos leva a uma ligação com a física. É o próprio professor de física, Constantino Botelho quem nos fala da vantagem que a agricultura pode ter se estiver científica e tecnicamente apetrechada⁶⁸.

A necessidade de tornar os solos mais férteis faz-se através da ligação à Química. Por isso, o mesmo autor escreveu também *Quaes são os meios mais convenientes de supprir a falta dos estrumes animaes nos lugares aonde he difficultozo havellos?*⁶⁹. Também o químico Vicente Coelho da Silva Seabra Teles realça, nos *Elementos de Chimica*, a aplicação da ciência química à agricultura e outras ciências⁷⁰.

⁶⁷ “Memoria sobre a Agricultura da Província entre Douro e Minho”, *Jornal de Coimbra*, Num. LX, vol. XIV, Janeiro de 1816, p. 304.

⁶⁸ “Pode-se aplicar com muita utilidade, e economia a força motriz da máquina rotatoria para moer os grãos, quando as circunstâncias locais não permitem, que se faça uso de outro agente mais comodo” (“Memoria sobre hum novo modo de applicar ao movimento das máquinas a força de vapor da agoa fervendo por meio huma máquina rotatoria”, *Jornal de Coimbra*, Num. IV, vol. I, Abril, Lisboa, Impressão Regia, 1812, pp. 255-63, § XVI).

⁶⁹ Apud *Memorias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1787 e 1788*, Lisboa, 1788, pp. 239-63.

⁷⁰ *Elementos de Chimica*, Parte I, Coimbra, 1788, Discurso Preliminar.

Uma agricultura servida pela ciência encontra também o seu espaço de realização nos jardins botânicos. Com a reforma pombalina, o da Universidade de Coimbra foi criado para “que nele se cultive todo o género de Plantas; e particularmente aquelas, das quais se conhecer, ou esperar algum préstimo na Medicina, e nas outras Artes”⁷¹. Brotero, por exemplo, foi um dos professores que procurou, tanto em Portugal como no Brasil, colocar os jardins botânicos ao serviço de uma agricultura científica⁷².

Valeu a pena todo este esforço?

Sem dúvida que os mestres morrem, mas os escritos ficam como testemunhos de devoção a uma causa. No plano prático, tudo é bem diferente. A agricultura portuguesa se atrasada estava, atrasada continuou. Quais os motivos, porque estas obras de divulgação não encontraram a devida receptividade? Se a tiveram em que tipo de público?

Estas questões têm muito a ver com os espaços de publicação e leitura em Portugal.

Tomando como referência o *Jornal de Coimbra*, podemos dizer que o seu público leitor não era um público qualquer. Os seus assinantes, que não são muitos, são, de uma maneira geral, pessoas bem colocadas na sociedade e que, portanto, não vivem directamente dos proventos da agricultura, embora alguns sejam possuidores, na província, de quintas e terrenos que têm arrendados⁷³.

Também as condições de venda do jornal é uma questão a ter em conta. À semelhança do que se passava lá fora, a venda de uma edição obedecia a uma prévia subscrição pública, que podia ser requerida em Lisboa, Porto e Coimbra. Era nestas cidades que o *Jornal de Coimbra*, à semelhança de outros, era vendido, sendo certo também que o seu público

⁷¹ *Estatutos cit.*, Liv. III, Part. III, Tit. VI, Cap. II, § 2.

⁷² Cfr. Américo Pires de Lima e J. R. Santos Júnior, *Cartas inéditas de e para Brotero*, Publicação do Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, n.º 1, Porto, 1944, p. 23.

⁷³ Para se ficar com uma ideia, de entre os seus assinantes, contam-se: António de Araújo Travassos, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda; António José Guião, Desembargador; Bernardino António Gomes, médico em Lisboa; Bernardo da Silva Pinto, coronel; os Senhores Bispos de Aveiro, Lamego e Pinhel; a Universidade de Coimbra; os Condes de Amarante e Palmela e, sobretudo, muitos médicos, dado tratar de vários assuntos de medicina.

comprador não era o mesmo que “por poucas dezenas de réis, preço do arratel de arroz ou da mão de linho, comprava um almanaque”⁷⁴.

Poder-se-á argumentar que este e outros jornais podiam ser lidos nas bibliotecas públicas. É um facto, mas sem credibilidade. Para lá do grande número de analfabetos, em Portugal, nos anos de 1790-1800, existiam apenas cinco bibliotecas públicas: a dos Conventos de S. Domingos e S. Francisco, a Casa de Nossa Senhora das Necessidades e a Real Biblioteca Pública, estas em Lisboa; em Coimbra, a da Universidade. No Porto, não havia biblioteca pública. Além do mais, estas bibliotecas eram frequentadas, essencialmente, por estudiosos e investigadores, a quem a literatura de divulgação não era dirigida.

A título de conclusão diremos que eram essencialmente os assinantes de jornais que, como proprietários, poderiam fazer alguma divulgação junto dos seus rendeiros⁷⁵.

5. O fracasso de um projecto

O que foi dito parece-nos ser suficiente para se poder afirmar que o plano de modernização concebido por Pombal não encontrou concretização prática e daí que possamos falar em fracasso de um projecto. Se, por um lado, a sociedade portuguesa não estava preparada para o receber, porque não continha em si os germenés transformadores da mudança, em virtude da sua estrutura e forma “mentis”, pelo outro, a *alma mater* portuguesa também não foi capaz de os criar ou simplesmente até impor um ritmo novo que levasse e rasgasse novas perspectivas e horizontes. Daí as constantes críticas movidas à Universidade.

Como já referimos, a reforma da Universidade foi uma reforma incompleta. A permanência da dimensão eclesiástica na Universidade veio, com o tempo, a afectar e até a entravar o processo desenvolvimentista. É que,

⁷⁴ João Luís Lisboa, *Ciência e política na leitura em Portugal (1780-1820)* – tese de mestrado dactilografada apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1987, p. 125.

⁷⁵ Cfr. *Idem*, p. 115.

à dimensão eclesiástica andavam ligados todo um conjunto de honras, privilégios e benesses que muito contribuíram para que em Coimbra não se escrevesse. Com poucas excepções⁷⁶, os professores preocuparam-se mais com outras questões que com os problemas científicos. As suas atenções dirigiam-se mais para a obtenção de uma conesia, um canonicato ou um lugar em S. Pedro ou S. Paulo que eram frutos apetecidos. Por isso, na *Ode a Fileno* se canta:

“Vereis mil petições
Fabricadas à instância dos modernos
Pedindo igualações
Só disso se tem feito mil cadernos” ⁷⁷

Se é certo que o afastamento, em 1772, de muitos professores e a nomeação de outros veio dar algum entusiasmo à vida universitária, também é verdade que tudo foi sol de pouca dura. A exposição que D. Francisco de Lemos faz, em 1777, é bem a prova de que a reforma já não ia bem. Ressalvada a situação das Faculdades Jurídicas, todas as outras tinham falta de alunos. A esperança que o Marquês e sua comitiva haviam depositado nas novas faculdades – Matemática e Filosofia – vê-se agora gorada. Para além de uma forma “mentis” social, um factor contribuiu de maneira decisiva para este fracasso. A falta de saídas profissionais. Tanto os diplomados em Matemática como os de Filosofia, verdadeiras alavancas por onde devia passar o desenvolvimento do país, não tinham onde ser colocados profissionalmente, pois o país continuava atrasado mesmo depois da Universidade reformada. Esta situação agrava-se, a partir de 1779, na medida em que aos bacharéis formados em Filosofia foi negada a possibilidade

⁷⁶ É interessante anotar que o autor da *Ode a Fileno*, certamente um regular, quando critica os professores, faz duas excepções: Monteiro da Rocha e “algum estrangeiro”. Diz assim: “Aqui faço memória/Da *mathesis* que goza um só Monteiro/Da Natureza histórica/Só merece louvor algum estrangeiro” (Cfr. Isabel Nobre Vargues, “A “Ode a Fileno” e a Reforma da Universidade de 1772”, *Revista de História das Ideias*, vol. IV, tomo II, Coimbra, 1982, p. 271).

⁷⁷ *Idem*, p. 277.

de leccionarem Filosofia, o que passou a ser feito pelas Congregações religiosas. A igreja reconquista assim o seu antigo papel e importância no aparelho escolar. Numa crítica mordaz ao reitorado do Principal Mendonça e ao atraso do país, Francisco de Melo Franco não deixa de nos dar uma visão retrógrada dos tempos que se viviam em Portugal. A “Estupidez”, depois de percorrer a França e a Inglaterra, onde não encontrou lugar, veio instalar-se em Portugal. Antes de se instalar em Coimbra, na passagem por Lisboa, a comitiva da “Estupidez” apercebeu-se logo que estavam no terreno certo. A companheira “Superstição” deu logo conta que:

“Lisboa já não he, torno a dizer-vos
A mesma que há dez annos se mostrava
He tudo devoção, tudo são terços
Romarias, novenas, via-sacras
Aqui he nossa terra, aqui veremos
A nossa cara Irman cobrar seu Reyno”⁷⁸

A decadência da vida universitária é um facto. Os professores entram na mais completa rotina e comodismo. O autor de *O Reino da Estupidez*, pela boca do Vice-Reitor, Carlos Maria Pimentel, discursando em claustro pleno, confirma a ideia expressa com as seguintes palavras:

“Entrai pois, companheiros, em vós mesmos
Ponderai sem paixão: Para que serve
As pestanas queimar sobre os auctores
A estimavel saude arruinando?
P’ra levar este tempo em bom socego.
Divertir, passear allegrementemente.
Accaso precisaes de mais sciencia?”⁷⁹

⁷⁸ Apud Luís de Albuquerque, “*O Reino da Estupidez*” e a Reforma Pombalina, Coimbra, Atlântida, 1975, p. 93.

⁷⁹ *Idem*, p. 104.

Nada disto poderá causar grande admiração. A maior parte dos lentes tinha uma mentalidade conservadora e mesmo o clima que se vivia em Coimbra era propício à conservação dessa mesma mentalidade. A tomada do poder, em 1777, por forças adversas ao pombalismo fizera com que nenhuma medida fosse tomada no sentido de uma revitalização da reforma, mas sim para um reforço do ambiente de rotina. Mesmo a imagem que nos fica do segundo mandato de D. Francisco de Lemos é “a da ligação tradicional da Igreja à Universidade e não a imagem pombalina da Universidade renovada por acção do Estado “esclarecido”, segundo as palavras de Reis Torgal⁸⁰. Aliás, o facto de o Reitor ser um alto dignitário da Igreja é denunciado e criticado já no período liberal, ao afirmar-se: “De que serve um Reitor na Academia? Ele costuma ser um Padre; será para dizer missa, ou administrar alguns sacramentos”⁸¹.

Também o ambiente em que a actividade docente decorria não era o melhor. É Vicente Seabra Teles quem, quando ainda estudante, nos dá conta do que se passava nos Gerais de Filosofia. Nos seus *Elementos de Chimica* diz-nos: “... pela maledicencia, filha única da inveja, vício bem universal entre nós: todos falam em tudo, querem saber tudo, e de tudo querem julgar, mas nada se atrevem a escrever: são muitos os maldizentes, e poucos os críticos”⁸².

Também o conflito de Faculdades, isto é, o confronto de duas concepções diferentes de cultura, que se projectam em visões diferentes do mundo e da vida e que, na Universidade, se consubstanciam nas Faculdades Naturais, por um lado, e nas Faculdades Positivas, pelo outro, juntamente com as lutas internas no seio das próprias instituições⁸³, em nada contribuíram para o êxito de um projecto.

Concluindo teremos ainda de reconhecer que, depois do afastamento de Pombal, no período mariano-joanino, houve recuos que têm que ser entendidos como um avanço de forças conservadoras; houve, também, contradições que são, naturalmente, choques entre um espírito burguês e um espírito tradicional.

⁸⁰ *A Revolução de 1820 cit.*, p. 25.

⁸¹ *Amigo do Povo*, n.º 1, 3 de Maio de 1823, p. 13.

⁸² *Elementos de Chimica*, Parte I, Coimbra, Real Officina da Universidade, 1788, p. XII. Sobre as animosidades e intrigas entre o corpo docente veja-se Abílio Fernandes, *Desavenças e Desditas de Brotero*, Coimbra, 1945.

⁸³ Veja-se a nossa dissertação de mestrado *Ciência e Sociedade cit.*, pp. 181 e ss.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2014

